

GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ
PIERPAOLO CRUZ BOTTINI

LAVAGEM DE DINHEIRO

ASPECTOS PENAIS E PROCESSUAIS PENAIS

Comentários à Lei 9.613/1998,
com alterações da Lei 12.683/2012

**4.^a
edição**

revista,
atualizada
e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

SUMÁRIO

NOTA DOS AUTORES À 4. ^a EDIÇÃO	9
PREFÁCIO	11

PARTE I LAVAGEM DE DINHEIRO

INTRODUÇÃO	23
1. ASPECTOS CONCEITUAIS DA LAVAGEM DE DINHEIRO	25
1.1. Considerações iniciais.....	25
1.2. Características e fases da lavagem de dinheiro	27
2. POLÍTICAS DE COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO	31
2.1. Âmbito internacional. As convenções e diplomas internacionais. As Recomendações do Gafi	31
2.2. Cooperação privada. Os <i>gatekeepers</i>	36
2.3. Combate à lavagem de dinheiro no Brasil.....	38
2.3.1. Considerações gerais	38
2.3.2. Cooperação privada no combate à lavagem de dinheiro. Pessoas e entidades obrigadas (art. 9.º). A expansão no novo texto legal.....	40
2.3.3. Obrigações administrativas: conheça seu cliente (art. 10), dever de comunicação e de <i>compliance</i> (art. 11)	42
2.3.4. Unidade de Inteligência Financeira (Coaf).....	42
3. PROGRAMAS DE <i>COMPLIANCE</i> VOLTADOS À PREVENÇÃO DA LAVAGEM DE DINHEIRO	47
3.1. Introdução.....	47

3.2. Objetivos dos programas de <i>compliance</i> voltados à prevenção da lavagem de dinheiro	50
3.3. Modelos de <i>compliance</i>	53
3.4. Marco legal e regulamentar	54
3.5. Características e estrutura do <i>compliance</i> em lavagem de dinheiro	56
3.5.1. Distribuição de atribuições/responsabilidades. Autonomia do setor de <i>compliance</i>	56
3.5.2. Código de Conduta.....	58
3.5.3. Seleção e treinamento do corpo funcional.....	58
3.5.4. Precaução com novos produtos	59
3.5.5. Coleta, registro, confirmação e atualização de informações	59
3.5.6. Especial cuidado com pessoas politicamente expostas.....	62
3.5.7. Os beneficiários finais.....	63
3.5.8. Conheça seu fornecedor (<i>know your supplier</i>) e seu parceiro (<i>know your partner</i>)	65
3.5.9. Análise de riscos e definição de procedimentos	65
3.5.10. Comunicação de operações suspeitas	67
3.5.11. Procedimentos internos de investigação.....	69
3.5.12. Avaliação periódica do programa de prevenção à lavagem de dinheiro	70
3.6. Conclusão	71

PARTE II

LAVAGEM DE DINHEIRO. ASPECTOS PENAIS

1. O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO.....	75
1.1. Considerações iniciais.....	75
1.2. Bem jurídico tutelado	75
1.2.1. Conceito de bem jurídico. A crise do instituto e sua capacidade de rendimento dogmático.....	75
1.2.2. Bem jurídico tutelado pelas normas de lavagem de dinheiro ...	77
1.2.2.1. O bem jurídico lesado no crime antecedente como objeto de tutela da norma de lavagem de dinheiro	78
1.2.2.2. A Administração da Justiça como bem jurídico lesionado pelo delito de lavagem	81

1.2.2.3.	A ordem econômica como bem jurídico afetado pela lavagem de dinheiro	82
1.2.2.4.	Posicionamento	85
1.2.2.5.	Pluriofensividade	89
1.2.2.6.	Crítica	90
2.	DOS TIPOS PENAIS	93
2.1.	Apresentação	93
2.2.	Ocultação e dissimulação (art. 1.º, <i>caput</i>)	93
2.2.1.	Infrações penais antecedentes	93
2.2.1.1.	Modelos legislativos	93
2.2.1.2.	Expansão do rol de antecedentes	95
2.2.1.3.	Estrutura da infração antecedente. Fato típico e antijurídico. Efeitos da colaboração premiada sobre o delito antecedente e sobre a lavagem de dinheiro. A lavagem da lavagem	97
2.2.1.4.	Prova da infração antecedente	102
2.2.1.5.	Objeto material. Bens, direitos e valores	105
2.2.1.6.	Relação entre crime antecedente e objeto material. Hipóteses de mescla de bens	107
2.2.1.7.	Algumas considerações sobre o crime contra a ordem tributária como antecedente da lavagem de dinheiro..	111
2.2.2.	A ocultação e a dissimulação	114
2.2.2.1.	Crimes de resultado. A questão da insignificância	118
2.2.2.2.	Consunção: quando a ocultação/dissimulação integram a infração penal antecedente – o caso da corrupção passiva e outros delitos	120
2.2.2.3.	Questão cronológica: a ocultação/dissimulação deve ser posterior à prática da infração antecedente	126
2.2.2.4.	Sujeito ativo. Crime comum. Hipóteses de autolavagem	127
2.2.3.	Elementos subjetivos	129
2.2.3.1.	A lavagem de dinheiro como crime exclusivamente doloso. Prova do dolo	129
2.2.3.2.	A questão do dolo eventual e da cegueira deliberada..	132
2.2.3.3.	Do erro de tipo e de subsunção	140
2.2.3.4.	Momento do dolo. Dolo antecedente e subsequente. O problema do dolo superveniente	142
2.2.3.5.	Elementos subjetivos especiais	143

2.3.	Da conduta do § 1.º do art. 1.º.....	148
2.3.1.	Elementos objetivos. Apenas bens “diretamente” provenientes de infrações.....	148
2.3.2.	Elementos subjetivos. O dolo direto.....	151
2.4.	Do inc. I do § 2.º.....	155
2.4.1.	Elementos objetivos. Apenas bens “diretamente” provenientes de infrações.....	155
2.4.2.	Elementos subjetivos. Admissibilidade do dolo eventual.....	157
2.5.	Do inc. II do § 2.º.....	160
2.6	Da natureza do crime de lavagem de dinheiro – crime permanente ou instantâneo.....	161
2.6.1.	Da natureza do crime previsto no <i>caput</i> do art. 1º.....	161
2.6.2.	Da natureza dos crimes previstos no § 1º do art. 1º.....	167
2.6.3.	Da natureza dos crimes previstos no § 2º do art. 1º.....	168
2.6.4.	Da lavagem de dinheiro via doações eleitorais	169
3.	DA AUTORIA E DA PARTICIPAÇÃO	171
3.1	Autoria. Autoria direta, mediata e coautoría. Autoria em estruturas de poder organizadas	171
3.2.	Da participação	174
3.2.1.	Conceito	174
3.2.2.	Da colaboração moral e material	175
3.3.	Dos requisitos objetivos para a imputação da lavagem de dinheiro a título de autoria ou participação	176
3.4.	Advogados e lavagem de dinheiro	186
4.	DA OMISSÃO PENALMENTE RELEVANTE.....	201
4.1.	Do progressivo uso da omissão imprópria na lavagem de dinheiro	201
4.2.	Dever de garante	201
4.3.	Descumprimento das regras administrativas e dever de garante	203
4.4.	Do elemento subjetivo na omissão imprópria	205
5.	DA TENTATIVA.....	207
6.	DA PENA.....	211

6.1. Medida da pena. Critérios para fixação. Pena de multa na lavagem de dinheiro.....	211
6.2. Causas de aumento (art. 1.º, § 4.º)	214
6.2.1. Reiteração delitiva.....	214
6.2.2. Organização criminosa	216
6.3. Delação premiada (art. 1.º, § 5.º).....	220
7. DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO	233
7.1. Da perda.....	233
7.2. Da interdição.....	234
8. PRESCRIÇÃO	237
8.1. Termo inicial do prazo prescricional nos crimes de lavagem de dinheiro...	237
8.2. Interrupção do prazo prescricional.....	239
9. NOVA LEI NO TEMPO	241

PARTE III

ASPECTOS PROCESSUAIS PENAIS

INTRODUÇÃO	245
1. DO PROCEDIMENTO APLICÁVEL	247
2. DA RELAÇÃO DE ACESSORIEDADE ENTRE O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO E A INFRAÇÃO ANTECEDENTE E A INDEPENDÊNCIA DE PROCESSOS E JULGAMENTOS	249
2.1. Da questão prejudicial e da influência da coisa julgada no processo pelo crime antecedente	251
3. DA COMPETÊNCIA PARA O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO.....	265
3.1. Da competência da Justiça Federal	265
3.1.1. Das varas especializadas no combate à lavagem de dinheiro na Justiça Federal	270
3.1.1.1. Da discussão sobre a possibilidade de especializar varas mediante atos normativos internos dos tribunais...	271

3.1.1.2.	Das Resoluções e Provimentos que especializam varas de lavagem de dinheiro e o problema da competência territorial	280
3.1.1.3.	A garantia do juiz natural e aplicação imediata das mudanças de competência em razão da especialização das varas de lavagem de dinheiro	288
3.2.	Da conexão	301
3.2.1.	Da prorrogação de competência: competência absoluta ou relativa e as varas especializadas em lavagem de dinheiro	309
3.2.2.	Da conexão com crime eleitoral	316
3.2.3.	Da separação dos processos (art. 80 do CPP) e a garantia do juiz natural.....	320
3.3.	Do foro por prerrogativa de função	327
4.	DA JUSTA CAUSA PARA AÇÃO PENAL	333
4.1.	Da prova da infração antecedente para a condenação por lavagem de dinheiro.....	337
4.2.	Da aptidão da denúncia por lavagem de dinheiro, em relação à imputação do crime antecedente.....	339
5.	DA CITAÇÃO E DO NÃO COMPARECIMENTO DO ACUSADO	343
6.	DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS.....	347
7.	DAS MEDIDAS CAUTELARES REAIS	351
7.1.	Das medidas assecuratórias cabíveis	354
7.1.1.	Do sequestro de bens	360
7.1.2.	Especialização e registro da hipoteca legal	365
7.1.3.	Arresto prévio à especialização e registro da hipoteca legal	368
7.1.4.	Arresto subsidiário de bens móveis	370
7.1.5.	Da busca e apreensão.....	371
7.2.	Do conceito de indícios suficientes e de seu objeto: o problema dos <i>standards</i> probatórios	372
7.3.	Da alegada inversão do ônus da prova.....	377
7.4.	Da alienação antecipada: hipótese de cabimento.....	380
7.5.	Da liberação dos bens constritos.....	382

7.5.1. Do comparecimento pessoal como condição de conhecimento do pedido de liberação.....	384
7.6. Do levantamento do sequestro.....	385
7.7. Das defesas contra o sequestro: o pedido de liberação	389
7.8. Da aplicação subsidiária das defesas contra o sequestro previstas no Código de Processo Penal.....	391
7.8.1. Dos embargos de terceiros	392
7.8.2. Dos embargos do acusado.....	395
7.8.3. Dos embargos do terceiro de boa-fé.....	399
7.9. Da apelação contra a decisão que decreta o sequestro.....	400
7.10. Das defesas contra a busca e apreensão	403
7.11. Da finalidade das medidas cautelares reais	409
7.12. Da alienação antecipada.....	410
8. DA SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES.....	423
9. DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS SOB MEDIDA CAUTELAR REAL.....	427
9.1. Da remuneração do administrador	432
10. DA APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	435
11. DO ACESSO A DADOS CADASTRAIS DOS INVESTIGADOS	437
12. DA FORMA DE COMUNICAÇÃO DOS DADOS FINANCEIROS E TRIBUTÁRIOS.....	443
13. O AFASTAMENTO DAS FUNÇÕES DO SERVIDOR PÚBLICO INDICIADO POR LAVAGEM DE DINHEIRO	445
14. O PRAZO LEGAL PARA O ARMAZENAMENTO DE DADOS PELA RECEITA FEDERAL	449
BIBLIOGRAFIA	451
OUTRAS OBRAS DOS AUTORES.....	479